

O processo de industrialização no Brasil: um retrospecto a partir da dinâmica da dualidade brasileira*

Ana Paula Camilo Pereira**

Mestre em Geografia pela Universidade
Estadual Paulista (UNESP/FCT),
Doutoranda em Geografia Humana
pela Universidade de São Paulo
(USP/FFLCH)

Márcio Rogério Silveira***

Professor Doutor no Programa de
Pós-Graduação em Geografia da
Universidade Estadual Paulista "Júlio
de Mesquita Filho", Faculdade de
Ciências e Tecnologia, campus de
Presidente Prudente, e Professor na
graduação da mesma instituição,
campus de Ourinhos

Resumo

Este artigo é composto de algumas considerações sobre o processo de industrialização brasileira. Para isso, contextualizamos a industrialização e organização do espaço brasileiro em articulação com as fases expansivas e recessivas da economia mundial, a partir dos ciclos de Kondratieff e de Juglar, bem como dos pactos de poder estabelecidos no País. Consideramos, para tanto, as análises de Ignácio Rangel sobre a economia brasileira, tendo como parâmetro a dinâmica da dualidade brasileira e a proposta de retomada do crescimento econômico a partir do planejamento e do princípio da concessão de serviços públicos à iniciativa privada, ou seja, a transferência de recursos destinados às empresas que dispõem de capacidade produtiva excedente para setores estrangulados da economia e que necessitam de investimentos. Dessa forma, o artigo analisa o contexto histórico e econômico do Brasil, admitindo a evolução e o desenvolvimento industrial, a atuação estatal e as repercussões atuais para a economia brasileira.

* Artigo recebido em dez. 2008 e aceito para publicação em nov. 2009.

** E-mail: apaulacape@yahoo.com.br

*** E-mail: marcio@unesp.ourinhos.br

Palavras-chave

Industrialização; dualidade brasileira, recursos ociosos.

Abstract

This article is composed of some considerations about the process of industrialization in Brazil. For that, we describe the industrialization and the organization of Brazilian space embodied with the expansive and recessive stages of the global economy, from the cycles of Kondratieff and Juglar, as well the power pacts set in the country. We believe that the analysis of Ignácio Rangel about Brazil economy, based in the dynamic of Brazilian Duality and the economic growth resume proposal from de planning and the grant of public services to private enterprise principle, which means, the resource transfer to companies that have surplus productive capacity for strangled sectors of the economy and need investments. Thus, the article analyze the historic and economic context of Brazil assuming the evolution and industrial development, the state action and the current repercussions for Brazil economy.

Key words

Industrialization; Brazilian duality; idle resources.

Classificação JEL: 011.

Introdução

O presente artigo procura analisar o processo de industrialização no Brasil considerando as particularidades do seu desenvolvimento econômico sob a influência do modo de produção capitalista. Para a compreensão da configuração da sociedade brasileira — em seus aspectos sociais, político, econômico e espacial —, buscamos utilizar as perspectivas dos ciclos econômicos (Kondratieff), a dualidade básica da economia brasileira e dos recursos ociosos, baseados na política econômica referenciada por Ignácio Rangel. As perspectivas a que nos referimos — de base marxista — consubstanciam um padrão de originalidade na análise da realidade do desenvolvimento econômico brasileiro.

Nesse sentido, pretendemos correlacionar os fatos históricos do processo industrial com o desenvolvimento capitalista brasileiro, tendo como base a dinâmica da dualidade brasileira em sua fase preponderantemente industrial no Brasil, ou seja, na Terceira Dualidade Brasileira (1930-85). Assim, far-se-á cronologicamente uma analogia dos fatos correspondentes ao processo industrial relacionado aos ciclos de Kondratieff ou ciclos longos, reforçando a sistemática retrospectiva da industrialização no Brasil a partir de ciclos que elucidam as fases ascendentes e recessivas da economia.

A importância dos ciclos econômicos dá-se quando o desenvolvimento econômico, sob o capitalismo, se faz através de flutuações da atividade econômica e não como desdobramento linear, possível, talvez, em economia planificada, mas impossível, seguramente, sem um planejamento muito rigoroso (Rangel, 1983).

Nessa análise, compreende-se que é nos momentos de aquecimento da economia mundial, quando há a retomada da crise, que os ciclos econômicos prevalecem como um dos arca-bouços principais de explicação da crise (foi nesse momento que teóricos de grande expressão se ativeram à utilização dos ciclos, como Keynes, Mandel, Schumpeter, Dobb e outros). A economia e a sociedade brasileiras não são inteligíveis, se não as estudarmos como as dualidades que são, ou seja, através dos pactos de poder¹.

Assim, analisamos que o processo histórico consubstanciado na teoria de Rangel responde pelas mudanças e permanências na sociedade, bem como no espaço. Vale destacar que a análise da formação social brasileira feita por Ignácio Rangel é uma das mais completas e complexas já realizadas e, por conseguinte, valoriza tanto o espaço quanto os estudos de formação socioespacial (a formação socioespacial é uma variação da categoria de formação social marxista, com acréscimo do conceito de espaço).

O espaço (conjunto de objetos e ações), categoria de análise da Geografia, representa o “teatro das ações humanas” — um palco que reage à ação combinada dos atores e que, por conseguinte, modifica as ações dos mesmos que emanam reações, ou seja, a construção do espaço é um processo ininterrupto. Se a Geografia deseja interpretar o espaço humano como o fato histórico que ele é, somente a história da sociedade mundial, aliada à sociedade local, pode servir como fundamento à compreensão da realidade espacial e permitir a sua transformação a serviço do homem. Pois a história não se escreve fora do espaço e não há sociedade a-espacial. O espaço, ele mesmo, é social (Santos, 1977).

¹ Rangel (1983) define que há um modo de produção típico para o Brasil e que nada tem haver com o escravismo colonial de Jacob Gorender, ou seja, são as dualidades.

Neste trabalho, consideramos a importância da formação socioespacial como uma teoria que coerentemente abarca a sociedade de forma completa, a qual Santos² (1977) considera como uma categoria que expressa a unidade e a totalidade das diversas esferas (econômica, social, política e cultural) da vida de uma sociedade. Assim, considera-se que,

[...] o interesse dos estudos sobre as formações econômicas e sociais está na possibilidade que eles oferecem de permitir o conhecimento de uma sociedade na sua totalidade e nas suas frações, mas sempre um conhecimento específico apreendido num dado momento de sua evolução.

As formações socioespaciais revelam-se, assim, como expressão maior de análise na Geografia, na medida em que se consubstanciam como processos essenciais à evolução e ao desenvolvimento histórico das sociedades em sua totalidade.

Dessa forma, este artigo busca elucidar o processo de industrialização no Brasil a partir da teoria de Ignácio Rangel, confirmando a importância de se tratarem as formações sociais (socioespaciais do ponto de vista da Geografia), as flutuações econômicas dos ciclos de Kondratieff e Juglar e a dinâmica da dualidade brasileira. Atesta-se, nesse ínterim, que abordamos como objetivo central dessa discussão a proposta rangelina, que defende a transferência de recursos ociosos para setores com abundância de investimentos, como uma alternativa de retomada do crescimento econômico brasileiro.

O processo de industrialização no Brasil a partir da dinâmica da dualidade e dos ciclos econômicos

Para a compreensão do processo de industrialização no Brasil é inerente a busca de sua formação socioespacial; para isso, tem-se como prelúdio a dinâmica da dualidade brasileira como forma de se analisarem os mecanismos políticos, sociais e econômicos em que o País estava e está inserido.

² Milton Santos (1977) parte da premissa de que a formação socioespacial, denominada pelo autor de FES, deva ser compreendida a partir do desenvolvimento histórico das sociedades, de acordo com os estudos de Emílio Sereni. Este autor realizou um grande estudo sobre formações socioespaciais mediante uma análise que partia da temporalidade dos acontecimentos atrelado à sociedade e ao desenvolvimento econômico. De acordo com Silva (2009), essa categoria permite revelar o funcionamento lógico-estrutural ou sociológico de uma dada sociedade.

Diante dessa abordagem, tomamos as discussões de Rangel (1983), que analisa o processo da industrialização brasileira considerando seus anos de atraso. Para o autor, o Brasil, com um planejamento incipiente, ingressaria no que, depois, apelidaríamos de “industrialização substitutiva de importações”.

Rangel (2005) considera que nosso processo de industrialização tem sua própria lógica interna, ou seja, inversa à ordem geral da industrialização em dois aspectos: baseada, sobretudo, nas substituições de importações³ em tempos de crise internacional e das indústrias leves para as pesadas. Tais fatos marcaram todo processo de industrialização brasileira.

No nosso caso [a industrialização] se manifestou através da modernização escalonada, isto é, setorial, de todo o organismo econômico, seguindo uma ordem fácil de determinar e que pode ser inferida de sua própria motivação primária, isto é, do fato de resultar de um esforço de substituição, a saber: uma ordem inversa. Noutros termos, nossa industrialização começou por onde, pela ordem natural das coisas, deveria terminar, isto é, pelo suprimento interno de bens de consumo ou, mais precisamente, de bens finais, abordando, escalonadamente, através de sucessivos ciclos, os suprimentos de produtos e de infra-estrutura. (Rangel, 2005, p. 542).

Considerando as especificidades do desenvolvimento industrial brasileiro, compreende-se a necessidade imperativa de se elencar as dualidades brasileiras⁴ como movimento mais pragmático da essencialidade do desenvolvimento econômico do Brasil.

Ao abordar a dualidade brasileira, Guimarães (1994) destaca que Ignácio Rangel, em sua análise marxista da economia brasileira, criou um conceito singular de dualidade brasileira, a qual foi desenvolvida pela combinação dos conceitos formais de escravismo, feudalismo e capitalismo (em suas formas mercantil, industrial e financeira). Desse modo, a contextualização dos fatos a partir do pensamento de Rangel sobre a economia brasileira considera seus mecanismos de análise para o desenvolvimento econômico industrial, tais como: concessão de serviços públicos à iniciativa privada, planejamento, utilização da

³ Desde a primeira fase recessiva industrial da economia mundial o Brasil baseia-se na substituição importações — começando pela substituição natural de importações (1815-48) e pela substituição artesanal de importações (1873-98) até alcançar a substituição industrial de importações (1922-48). A partir desse período, com a revolução industrial brasileira, forma-se um ciclo industrial endógeno (ciclo de Juglar). É na passagem das fases recessivas para as ascendentes desse ciclo que a industrialização brasileira vai evoluir (escalonada) dos bens de consumo simples para a indústria pesada através sempre transferência de recursos ociosos para setores estrangulados (dialética da capacidade ociosa).

⁴ Ao mesmo tempo em que as fases recessivas foram responsáveis pelas substituições de importações e, por conseguinte, pela industrialização brasileira, foram responsáveis pela desestruturação e reestruturação contínua das elites no poder (quatro e entre elas duas dominantes — uma política e outras econômicas), ou seja, as dualidades.

capacidade ociosa, fomento à exportação como forma de dinamizar setorialmente o País, etc.

Nessa abordagem, as discussões sobre a dinâmica da dualidade brasileira consideram os pactos de poder existentes em cada momento da história brasileira. Segundo Faria (1992), o pacto político que rege a sociedade dual é uma coligação composta por duas classes representantes dos modos de produção dos polos interno e externo. Dessa forma, tem-se que a classe hegemônica é a mais antiga integrante da coalizão; o outro sócio menor do poder é originário de uma cisão da antiga classe hegemônica, portanto partícipe da dualidade anterior.

Historicamente, o primeiro ciclo de Kondratieff desenvolveu-se com a Primeira Revolução Industrial, coincidindo com fatos históricos importantes no Brasil, como a Abertura dos Portos (1808) e posteriormente a Independência do Brasil (1815). Em síntese, os pactos de poder consubstanciaram as dualidades brasileiras.

Na primeira dualidade brasileira, encontrava-se de, um lado, ou seja, no polo interno, o escravismo e o feudalismo, que tinham como sócios os senhores feudais. Do outro lado, ou seja, no polo externo, havia o capitalismo mercantil e o capitalismo industrial, liderados, ainda que sem nenhuma experiência política, por uma nascente classe comercial.

Tolmasquim (1991) analisa o período do primeiro Kondratieff⁵ e da primeira dualidade, contextualizando a atuação do pacto de poder.

Na fase *b* do Primeiro Kondratieff (1815-1848), a relativa auto-suficiência foi buscada através da diversificação das fazendas de escravos: aumentou-se a parte do produto destinado ao auto-consumo e diminui-se a parte exportável, tornando a economia nacional mais independente com relação às importações. Do ponto de vista nacional, houve uma espécie de substituição de importações. Desse período resultou a primeira dualidade, isto é, um pacto de poder pela aliança entre classes dos senhores de escravos, que passara do regime colonial, com a classe dos comerciantes, dissidentes do capitalismo mercantil português. (Tolmasquim, 1991, p. 31).

A segunda dualidade, produto da primeira dualidade, era composta no polo interno pelo feudalismo e pelo capitalismo mercantil, que era representado pelos fazendeiros, latifundiários e comerciantes; e, no polo externo, também se encontravam o capitalismo mercantil (se bem que de forma distinta) e o capitalismo

⁵ Deve-se considerar que o ciclo de Kondratieff ou ciclo longo é um fenômeno exógeno à economia brasileira; para Rangel (1983, p. 38), o ciclo longo é algo que se engendra no centro dinâmico da economia mundial, isto é, aí onde se podem sintetizar as revoluções industriais. Tolmasquim (1991, p. 28) explica que, segundo a teoria de Nicolai C. Kondratieff nos anos 20, a economia capitalista se desenvolve em ciclos de aproximadamente 50 anos. Esses ciclos longos estão intimamente relacionados ao processo de efetivação tecnológica, argumentando que a superação dos ciclos econômicos de longo prazo só é possível pelo rigoroso planejamento.

industrial, liderados pela burguesia comerciante, classe dissidente da dualidade anterior, porém com mais experiência político-econômica.

A burguesia comerciante em relação com a burguesia industrial do centro dinâmico mundial inseria-se timidamente no processo de industrialização. Para Tolmasquim (1991), a segunda dualidade desdobrou-se num período ascendente da economia mundial, que proporcionou seu desenvolvimento.

Na fase a do Segundo Kondratieff (1848-1873), com nova fase expansiva da economia mundial, o país voltou a crescer “para fora”, aumentando a produção de produtos exportáveis. O crescimento da renda monetária da fazenda e da receita cambial do país engendrou um movimento de urbanização. Participaram dessa movimentação não só as famílias dos senhores, pela transferência da casa grande, mas também a mão-de-obra escrava e semi-livre, antes ocupada na casa-grande rural, em atividades substitutivas de importação. Com a fase b do Segundo Kondratieff (1873-1896), nova fase de substituição de importações [...] a sede desse novo esforço foram às cidades, com a proliferação de unidades artesanais e algumas manufaturas pré-industriais. O promotor desse movimento não foram os senhores de escravos, mas sim o capitalismo mercantil, que passava a assumir a liderança da segunda dualidade, com uma dissidência da classe de senhores de escravos, a nova classe dos latifundiários feudais. (Tolmasquim, 1991, p. 33).

A terceira dualidade marca, de fato, o processo de industrialização brasileira, em face do Terceiro Kondratieff. Rangel (2005) alega que a industrialização inaugura a terceira dualidade brasileira. Em outras palavras, Rangel (1983, p. 38), mais enfático, destaca como o Brasil se comportava nas fases ascendentes e recessivas do ciclo longo: nossas economias são confrontadas com dois tipos de desafios: (1) nas fases ascendentes, no sentido de que mude a composição natural do seu produto, isto é, a estrutura de sua oferta nacional, a fim de poder, simultaneamente, aumentar as exportações e as importações, vale dizer, no sentido de abrir nossas economias e; (2) nas fases recessivas, também com vistas a mudar a composição natural do seu produto, mas no sentido contrário, isto é, de permitir o relativo fechamento da economia — o que importa uma forma qualquer de substituição de importação —, permitindo-nos prescindir de certas importações entradas em nossos hábitos nas “fases a” dos ciclos.

De acordo com Faria (1992), a terceira dualidade, anunciativa da nova fase do ciclo longo (recessiva “fase b” do terceiro Kondratieff⁶), era marcada pela forte redução do nível do comércio exterior, seguida pela queda da capacidade de

⁶ Tolmasquim (1991, p. 31) destaca que, nas “fases a” dos ciclos longos, épocas de prosperidade internacional, a economia volta a crescer “para fora”, aumentando a produção exportável, que passa a ser o centro dinâmico da economia. Já, nas “fases b” dos ciclos longos, períodos de recessão mundial, havia um esforço mercantil de substituição de importação. Em

importar e impunha um importante esforço de substituição de importações. O autor assevera que a diversificação das atividades ligadas à indústria de transformação foi o aspecto diferenciador da terceira dualidade em relação às experiências de substituição de importação na primeira dualidade (diversificação da produção das fazendas de escravos) e na segunda dualidade (diversificação das atividades internas). Rangel (2005), enfaticamente traduz o processo de industrialização brasileira nesse período.

Nas fases a ou ascendentes desses ciclos, o Brasil é solicitado espontaneamente, pela economia mundial — ou, mais precisamente, pela parte mais desenvolvida ou “centro dinâmico” da economia mundial — a participar mais intensivamente da divisão internacional do trabalho, o que quer dizer que aumenta a procura externa dos nossos produtos e melhoram os termos de intercâmbio, aumentando nossa capacidade para importar [...]. Inversamente, com a passagem às fases b, a demanda externa dos nossos produtos, os termos de intercâmbio e, conseqüentemente, a capacidade para importar declina. A economia é solicitada a ajustar-se ao novo estado de coisas, e esse ajustamento se traduz por um esforço de substituição de importações. (Rangel, 2005, p. 712-713).

A estrutura política do pacto de poder da terceira dualidade constitui-se no polo interno pelo feudalismo e pelo capitalismo mercantil representados pelos fazendeiros que eram também, por ora, comerciantes; e, no polo externo, encontrava o capitalismo industrial e o capitalismo financeiro que tinham como representantes a dissidente burguesia industrial. Rangel (1998) esclarece que essa classe não se julgava industrial e sim comercial; entretanto, em vez de comprarem e venderem, simplesmente, compravam insumos e vendiam produtos, compondo, assim, um papel intrínseco junto ao capitalismo financeiro.

Em consonância com os ciclos de Kondratieff, desenvolviam-se ciclos internos no Brasil, mais conhecidos como Ciclos Juglarianos Brasileiros⁷. Em sua análise sobre os ciclos de Juglar, Rangel (1998) afirma que:

outras palavras, Rangel (1983, p. 38) mais enfático, destaca como o Brasil se comportava nas fases ascendentes e recessivas do ciclo longo: nossas economias são confrontadas com dois tipos de desafios: (a) nas fases ascendentes, no sentido de que mude a composição natural do seu produto, isto é, a estrutura de sua oferta nacional, a fim de poder, simultaneamente, aumentar as exportações e as importações, vale dizer, no sentido de abrir nossas economias e; (b) nas fases recessivas, também com vistas a mudar a composição natural do seu produto, mas no sentido contrário, isto é, de permitir o relativo fechamento da economia — o que importa uma forma qualquer de substituição de importação —, permitindo-nos prescindir de certas importações entradas em nossos hábitos nas “fases a” dos ciclos.

⁷ Os ciclos de Juglar brasileiros surgiram com a industrialização, substituindo importações em cada setor da economia. De certa maneira, o ciclo breve modula o ciclo longo, somando-se a ele algebricamente, ora atenuando, ora acentuando o seu efeito. O Juglar brasileiro tem duração aproximada de dez anos, geralmente sendo depressivos os primeiros anos da década e ascendentes os da segunda metade (Tolmasquim, 1991, p. 33).

A Terceira Dualidade engendrava um fato novo, numa economia periférica, isto é, produzia seu próprio ciclo, coisa antes prerrogativa dos países industrializados integrados no centro dinâmico. Não se tratava, por certo, do ciclo longo, que é inerente ao centro dinâmico mundial, como reflexo que é dos processos de gestação e propagação de tecnologia nova, mas de ciclos médios, aparentemente da família do ciclo de Juglar, aparentemente inerentes à fase de construção do capitalismo industrial. (Rangel, 1998, p. 165).

Para a análise desse período, consideramos o entendimento dos ciclos de Juglar que também possuem suas fases de recessão e crescimento interno. Todavia, essas fases nem sempre são coincidentes com as fases *a* e *b* dos ciclos de Kondratieff. Tal fato pode ser melhor compreendido, quando se analisa o desenvolvimento industrial brasileiro, sobretudo no período pós-guerra, em que ocorria uma recessão internacional, mas o Brasil encontrava-se em uma fase ascendente do ciclo de Juglar, o que minimizou a crise interna, período este conhecido como “Milagre Econômico Brasileiro”. Nesse momento, o País passou por um período de crescimento devido à fase ascendente do ciclo de Juglar⁸.

O fim da terceira dualidade e início da quarta dualidade deveria ser caracterizado pela passagem da fase *b* do quarto ciclo de Kondratieff (1948-73) — marcada pelas crises do petróleo (1973 e 1978) que refletiu uma profunda recessão de ordem mundial — e o surgimento do quinto ciclo longo (1998-22). Rangel (1998) destaca que a terceira dualidade traz então outra singularidade, isto é, embora havendo começado nas condições da fase recessiva do ciclo longo, a industrialização substitutiva de importações não se interrompeu com a passagem à fase ascendente do quarto de Kondratieff, resultado do dinâmico processo de industrialização. Todavia, a continuidade é rompida a partir do segundo lustro da década de 80.

A quarta dualidade (projetada por Rangel), como as demais, deveria também possuir sua classe de representantes nos dois polos da economia nacional. No polo interno, o semissalariado e o semicapitalista rural, que são representados pela burguesia rural; no polo externo, com o capitalismo industrial e o capitalismo financeiro, representados pelos burgueses industriais.

É na quarta dualidade que Rangel (1989) inclui sua abordagem sobre os recursos ociosos e a necessidade de uma política econômica contundentemente eficaz, com as necessidades que se impunham naquele momento.

⁸ O Ciclo Médio — Juglar-Marx — interessa à economia brasileira em duas maneiras distintas: (a) como eco desses movimentos nos países do centro dinâmico mundial em torno do qual gravitamos, isto é, como fenômeno exógeno, a exemplo do ciclo longo ou como perturbações destes e; (b) como movimento endógeno, uma vez alcançado certo estágio do nosso próprio desenvolvimento econômico, que trazia implícito o surgimento de um centro dinâmico interno — vale dizer, com a construção do capitalismo industrial brasileiro (Rangel, 1983, p. 36).

Tanto o quinto ciclo de Kondratieff quanto a quarta dualidade apresentam-se temporalmente imprecisos e, até certo ponto, incertos, especialmente devido à capacidade política de coordenação, com credibilidade, das oscilações cíclicas da economia internacional pelos países centrais — centro do sistema capitalista consubstanciado pela Organização de Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) — e, por conseguinte, pela instabilidade política e econômica do Brasil, oportunizando uma apostasia; ou seja, a quarta dualidade não se concretizou completamente.

A capacidade política que os países do centro do sistema capitalista adquiriram deu a eles a permanência no poder e, ao mesmo tempo, essa nova coalização de forças permitiu a concretização da visão Kautskiana de superimperialismo (tendência à coalização deliberada dos estados capitalistas frente às crises políticas e econômicas). Algumas delas podem ser observadas nas últimas décadas:

- a) reação à crise mexicana de 1982 e 1995;
- b) acomodação das falências financeiras, imobiliárias, agrícolas e especulativas nos Estados Unidos;
- c) desvalorização planejada do dólar;
- d) fixação de mecanismos cooperativos de contenção da especulação cambial entre os bancos centrais;
- e) atuação compensatória do banco do Japão para neutralizar a propagação da quebra de suas bolsas de valores;
- f) controle do calote dos países devedores;
- g) financiamento do déficit do balanço de pagamentos dos Estados Unidos;
- h) a mundialização das relações econômicas: interdependência e diminuição das barreiras econômicas, desregulamentação e aumento dos fluxos financeiros, interconexão dos mercados cambiais, financeiros e de tipo portfólio, formação de oligopólios globais (ao mesmo tempo, esses oligopólios são contestados por atores políticos e econômicos emergentes, vindos da América Latina e da Ásia), estruturação de redes globais de gestão, etc. (empresas-rede).

Associado, entre outros, aos processos supracitados de favorecimento da coordenação política e de política cambial e financeira entre os estados do centro do sistema capitalista, houve a necessidade simultânea, segundo Coutinho (1992), de um poderoso cluster de inovações baseado em novas tecnologias de impacto abrangente (no sentido neoschumpeteriano) sobre o conjunto das estruturas industriais (rápida difusão de bens e serviços). O principal produto é de base microeletrônica (complexo eletrônico), perfazendo, assim, a cara da terceira revolução industrial, ou seja, técnica, científica e “informacional”. Assim, as condições para o quinto ciclo estão formadas, todavia, com controle ainda parcial dos países centrais.

Quanto à quarta dualidade, ela foi afetada violentamente, entre outras, pela combinação da entrada do País no rol dos países globalizados, pela instabilidade política (redemocratização) e pela coordenação política da economia mundial pelos países do centro do sistema. Ao mesmo tempo, a esquerda e as elites brasileiras não foram capazes de apresentar uma alternativa condizente com a formação de um pacto de poder entre a classe trabalhadora e o setor produtivo. Como esse pacto não se formou em 1989 (eleição presidencial), a possibilidade da mesma só foi possível em 2002; todavia, a esquerda brasileira já estava contaminada com os princípios neoliberais. Assim, o governo que se apresenta é politicamente contraditório (um polo nacionalista em confronto com um polo neoliberal). A quarta dualidade, portanto, não está plenamente concretizada, ou seja, o pacto de poder tendo como sócio maior a burguesia industrial e o sócio menor a burguesia rural sofreu consequências de anos de desindustrialização e desvalorização das *commodities* e dos agroindustrializados.

Ainda, considerado como um processo resultante de análises mais precisas, a quarta dualidade nos mostra os rumos e contornos que a economia brasileira tem escolhido e que reproduzem aspectos de interesses específicos das classes dominantes e de caráter patrimonialista; entretanto, também demonstra alguns compromissos coerentes com o desenvolvimento econômico brasileiro, como é o caso das políticas atuais desenvolvidas, como o Plano de Aceleração do Crescimento (PAC) e as Parcerias Público-Privadas (PPPs)⁹.

Os resultados advindos e que posteriormente virão com o próximo ciclo induzem/induzirão à compreensão do que Rangel (2005) considera inerente para saída da crise e retomada do crescimento. Para o autor, o setor ativo do quinto ciclo não poderá ser outro senão o grupo de grandes serviços de utilidade pública. A mobilização estatal e a conversão do planejamento são essenciais ao crescimento da economia e à objetivação de bons resultados.

⁹ Projetos relativamente bem elaborados, todavia, as PPPs não saíram do papel e, quando as concessões brasileiras iniciaram pelas rodovias o modelo (já alterado) mostrou-se falho. O mesmo vem contaminando o PAC. Soma-se a isso tudo uma oposição irresponsável e pouco preocupada com o futuro do País.

Quadro 1

Teoria da dualidade básica da economia brasileira (pactos de poder) articulada com os ciclos de Kondratieff, conforme Ignácio Rangel

Ciclos Econômicos de Kondratieff								
Primeiro ciclo		Segundo ciclo		Terceiro ciclo		Quarto ciclo		Quinto ciclo
Fase "a" 1790 - 1815	Fase "b" 1815 - 1848	Fase "a" 1848 - 1873	Fase "b" 1873 - 1896	Fase "a" 1896 - 1921	Fase "b" 1921 - 1948	Fase "a" 1948 - 1973	Fase "b" 1973 - Déc. 1990 (?)	Fase "b" Déc. 1990 (?) - (?)
Dualidade Básica da Economia Brasileira								
Dualidades Sócios	Primeira Dualidade 1822 - 1889		Segunda Dualidade 1889 - 1930		Terceira Dualidade 1930 - 1985 (?)		Quarta Dualidade 1985 (?) - (...) (Não Concretizada?)	
Sócio Maior (Hegemônico Politicamente)	<i>Latifúndio Escravista</i> - Relacionamento feudal com a Coroa; - Sobre tudo no Nordeste brasileiro.		<i>Capital Comercial</i>		<i>Latifúndios Feudais</i>		<i>Capital Industrial</i>	
Sócio Menor (Subalterno Politicamente e Economicamente Dominante)	<i>Capital Comercial</i> - Import / export; - Relacionava-se com o capitalismo industrial europeu.		<i>Latifúndios Feudais</i> - Cafeicultores; - Dissidentes dos "senhores de escravos".		<i>Capital Industrial</i> - Dissidência dos comerciantes e pequenos produtores mercantis.		<i>Capital Agrário</i>	

FONTE: SILVEIRA, Marcio Rogério. **Estradas de ferro no Brasil**: das primeiras construções às parcerias público-privadas. Rio de Janeiro: Interciência, 2007.

O papel do Estado e sua influência no processo de desenvolvimento econômico industrial brasileiro

A promoção ao desenvolvimento da industrialização no Brasil intensifica-se a partir do Governo de Getúlio Vargas, com fortes repercussões na década de 50, estimuladas por uma nova conduta do Estado e resultado da busca pelo crescimento, após um período de guerras mundiais. Num retrospecto do período anterior à década de 50, nota-se que o incentivo do Estado à industrialização é coerente desde a década de 30. Nos discursos de Vargas, facilmente observamos críticas aos fazendeiros (rentistas) e defesa da indústria (produtiva). As indústrias, para Vargas, deveriam ser amparadas pelo Estado (não sofrer concorrência de produtos similares aos produzidos no País), e a preocupação com a monocultura, sobretudo a cafeeira, dava-se devido ao produto ser o principal produto da balança comercial brasileira — fato só superado completamente na década de 60, quando a produção industrial ultrapassou a agropecuária¹⁰.

Para promover a “Revolução de 1930” ou, como afirma Fonseca (1999), a “Revolução Burguesa Brasileira” com caráter de contra-revolução, a classe dominante riograndense aliou-se à mineira, à paraibana e a alguns paulistas. O resultado foi o golpe de Estado no qual Getúlio Vargas assumiu a presidência da República. O novo governo passou a privilegiar o crescimento do mercado interno. Todavia, a agroexportação, em especial, cafeeira não foi abandonada. Iniciava-se, deste modo, a abertura do “complexo rural cafeeiro” (Rangel, 1990). Com isso estabeleceu-se uma aliança entre o poder político dos latifundiários pastores e o poder econômico dos industriais em ascensão, originados, sobretudo, da dissidência dos comerciantes, e os pequenos produtores mercantis, com o intuito de promover a industrialização. Formava-se aí a terceira dualidade e a consolidação da Segunda República. Mas para que isso ocorresse foi necessário o desfalecimento, pelo menos aparente, da “República Velha”, sustentada, como no Império, pela monocultura. A idéia de que o “café sustenta o Brasil” inverteu-se e abriram-se condições para justificar a idéia de que “o Brasil sustenta o café”. Surgiam, assim, oligarquias regionais ensaiando uma espécie de projeto nacional não tão vinculado ao café. Estes ideais se espalhavam por vários “cantos” do território brasileiro. (Silveira, 2007, p. 24-25).

¹⁰ “As quedas, de 1929 a 1945, em área colhida e em produção, representavam um risco para a economia nacional, ‘porque um país não pode depender da produção de um só produto’. A crise, muito evidenciada pelo colapso da bolsa de Nova Iorque (1929), estava minando a monocultura cafeeira. A diversificação agrícola e a indústria apareceram como opção, como alternativa mais provável de desenvolvimento econômico. Ficou estabelecido, no tratado de comércio assinado com os Estados Unidos em 1935, que o Brasil propunha

Assim, a delimitação, por Suzigan (1989), da década de 50 e do Governo de Juscelino Kubitschek, como o período e o governo responsável pelo *boom* da industrialização brasileira tem que ser pormenorizado, ou seja, o planejamento macroeconômico, por mais que não estivesse em formato de planos — como no Plano de Metas —, estava sendo concretizado. Na cabeça dos administradores do Estado, havia um projeto de Brasil. Suzigan (1989) descreve que o papel mais ativo do Estado no processo de industrialização foi a partir dos anos 50. O que notamos, portanto, são ações isoladas, mas reunidas em forma de plano, isto é, o Plano de Metas:

- a) energia - energia elétrica, nuclear, carvão, petróleo, refino do petróleo (43% dos investimentos);
- b) transportes - reequipamento e construção de estradas de ferro, pavimentação e construção de estradas de rodagem, portos e barragens, marinha mercante, transportes aéreos (29,6% dos investimentos);
- c) alimentação - trigo, armazéns e silos, frigoríficos, matadouros, mecanização da agricultura e fertilizantes (3,2% dos investimentos);
- d) indústrias de base - aço, alumínio, metais não ferrosos, cimento, álcalis, papel e celulose, borracha, exportação de ferro, indústria automotiva, indústria de construção naval, maquinaria pesada e equipamentos elétricos (20,4% dos investimentos);
- e) educação - primeiramente para a formação de pessoal qualificado para as atividades produtivas (3,4% dos investimentos); e
- f) construção de Brasília e infra-estrutura de acesso - foram consumidos entre 2,5% e 3,0% do PIB.

Como resultado da ação estatal no processo industrial brasileiro, Suzigan (1989) conclui que a estrutura industrial avançou no sentido de incorporar segmentos da indústria pesada, da indústria de bens de consumo duráveis e da indústria de bens de capital, substituindo importações de insumos básicos, máquinas e equipamentos, automóveis, eletrodomésticos, etc. Essa estrutura seria a base sobre a qual se apoiaria o rápido crescimento da produção industrial no País.

Entrementes, a década de 50 não seria tão promissora, especialmente com o Plano de Metas do Governo Juscelino Kubitschek, se não fossem as bases criadas pelo Governo Vargas.

vantagens para alguns produtos de exportação em troca da redução dos impostos (20% a 60%) para a importação de máquinas, aparelhos e aços norte-americanos. O Brasil buscava garantir o mercado para seus produtos e baratear o preço de bens de capital e insumos básicos necessários para promover a industrialização" (Silveira, 2007, p 34).

A “Era Vargas” foi a ocasião mais importante para a expansão e para a consolidação do capitalismo brasileiro, concretizado pela criação do seu edifício industrial. Por consequência, as ações das elites da terceira dualidade, através do Estado, deram “um novo tratamento para a questão operária e para a participação dos segmentos médios urbanos, no campo social.” (Fonseca, 1999, p. 28). O intervencionismo estatal frente à iniciativa privada e ao capital estrangeiro, também, reflete uma maior participação do poder público na regulamentação do regime de trabalho assalariado e uma maior participação no controle de empresas de serviços públicos e dos recursos minerais, entre outros. (Silveira, 2007, p. 31).

Todavia, o crescimento da produção industrial estava vulnerável às fases depressivas dos ciclos longos quando se voltava à substituição escalonada (se bem que essa situação em que a indústria brasileira estava envolvida, ou seja, de crises — substituição de importações — e ascensões — exportações — garantiu o desenvolvimento industrial brasileiro). Com o fim do Governo Kubitschek, houve uma baixa da produção industrial, resultante do processo depressivo (1962-1965) que o Brasil, a posse de Jânio Quadros e posteriormente de João Goulart foram arregimentados pela crise econômica que nos impeliu para uma ditadura policial-militar (Rangel, 1986).

Convém destacar que, já nesse momento, Rangel (2005) aludia que os serviços de utilidade pública¹¹ consubstanciavam, na década de 80, um setor retardatário da economia. Nesse momento, Rangel alude sobre a necessidade de se incrementarem investimentos nesse setor da economia brasileira, considerando que os grandes serviços de utilidade pública se apresentavam como a “medula” do setor retardatário da economia, aquele, portanto, que devia ser preparado para instrumentalizar as principais oportunidades de inversão, cujo aproveitamento redundaria em reerguimentos da taxa nacional de formação de capital. Com isso, os serviços de utilidade pública passariam a gerar um ônus para o Estado, mesmo quando permanecessem sob a responsabilidade do capital estrangeiro, computando um esforço necessário de formação de capital e geração de déficits de operação nas finanças públicas. No entanto, a inversão desse cômputo poderia ter sido arregimentada, pois, ao considerar as condições financeiras e o acesso à tecnologia necessária, a economia brasileira (já naquele momento) poderia assegurar uma rápida expansão das atividades, com seus próprios meios de produção, de técnica e de consumo.

¹¹ Por serviços de utilidade pública, devemos entender aquelas atividades que, por sua tecnologia e por sua economia, estão organizados como serviços públicos concedidos a empresas estrangeiras; estiveram-no, na origem, passando para o regime de administração pública direta ou para o de empresas de economia mista de propriedade quase exclusiva do Estado, e ainda, aquelas atividades que mereceriam ser equiparadas a estes. Encontram-se entre essas atividades os serviços de utilidade pública tais como os de eletricidade, transportes ferroviários e marítimos, portos, transportes urbanos básicos, comunicação urbanas e interurbanas, armazenagem, etc. (Rangel, 2005, p. 526).

Os anos 80 marcariam assim a famosa elucidação da “década perdida” (que se estendeu para a década de 90), período que caracteriza o fim do regime militar com João Baptista de Oliveira Figueiredo e o início de uma proposta de redemocratização, a qual foi acompanhada pela alta da inflação e aumento da dívida externa brasileira que, em conjunto, provocaram uma profunda recessão industrial, resultado, também, da fase recessiva pela qual o País passava. A atuação do Governo minimizava-se, abria-se uma nova fase política, com bases ideológicas neoliberais, que se concretizou, no Brasil, a partir de 1989, com as eleições presidenciais que deram posse a Fernando Collor de Melo e a Fernando Henrique Cardoso.

Velhas falácias, o neoliberalismo reproduzia/reproduz a proposta do “Estado mínimo”, isto é, defesa à crítica do Estado regulador, considerando que a atuação do Estado retarda o processo de realocação dos capitais dos setores industriais. Com isso, a redução da ação estatal, conjuntamente com a desregulamentação da economia e a abertura econômica do País e, conseqüentemente, as liberalizações do comércio e dos fluxos internacionais de capitais retardaram o desenvolvimento industrial e provocaram o desencadeamento de iniciativas políticas que, equivocadamente, privatizaram setores estratégicos da economia nacional. Perfaz-se, assim, uma política de desindustrialização (através de fusões, falências, aquisições), privatizações e concessões de serviços públicos superinvestidos à iniciativa privada especulativa nacional e estrangeira.

A política econômica vigente naquele momento enquadrava-se na ideologia neoliberal, a qual concebia a competição como estratégia de desenvolvimento e modernização industrial. Assim, esta política neoliberal adotada no Brasil, a partir dos anos 90, resultou na desintegração de setores estratégicos da economia brasileira e na desnacionalização pela via das privatizações.

Rangel (2005), em sua crítica sobre o modelo político-econômico em que o País se inseria, preconizava que o mercado exterior continuava a oferecer brilhantes oportunidades de expansão do intercâmbio; mas, ao contrário do que a princípio pôde parecer, o aproveitamento dessas oportunidades dependia da crescente medida de planejamento e não do retorno ao liberalismo que, segundo o autor, significava um retrocesso histórico da economia brasileira, ao qual denominava de “apostasia”.

Nesse processo, alguns setores da economia industrial passaram por um reajustamento econômico, ou melhor dizendo, as indústrias brasileiras passaram por uma alienação do bem público através da atuação neoliberal de um Estado inoperante.

Para Rangel (2005), a solução cabível para a crise enquadrava-se na conversão do Brasil em economia socialista. Contudo, hoje é preciso admitir que, na atual conjuntura político-econômica, em que a esquerda se comporta de

forma tão suscetível às “intempéries”, seria demasiadamente difícil tal fato ocorrer. No entanto, de acordo com o planejamento político-econômico atual, esperam-se possíveis resultados que confirmem uma retomada do crescimento econômico que condiga com as expectativas da sociedade.

A “proposta rangeliana”: planejamento e retomada do crescimento econômico brasileiro

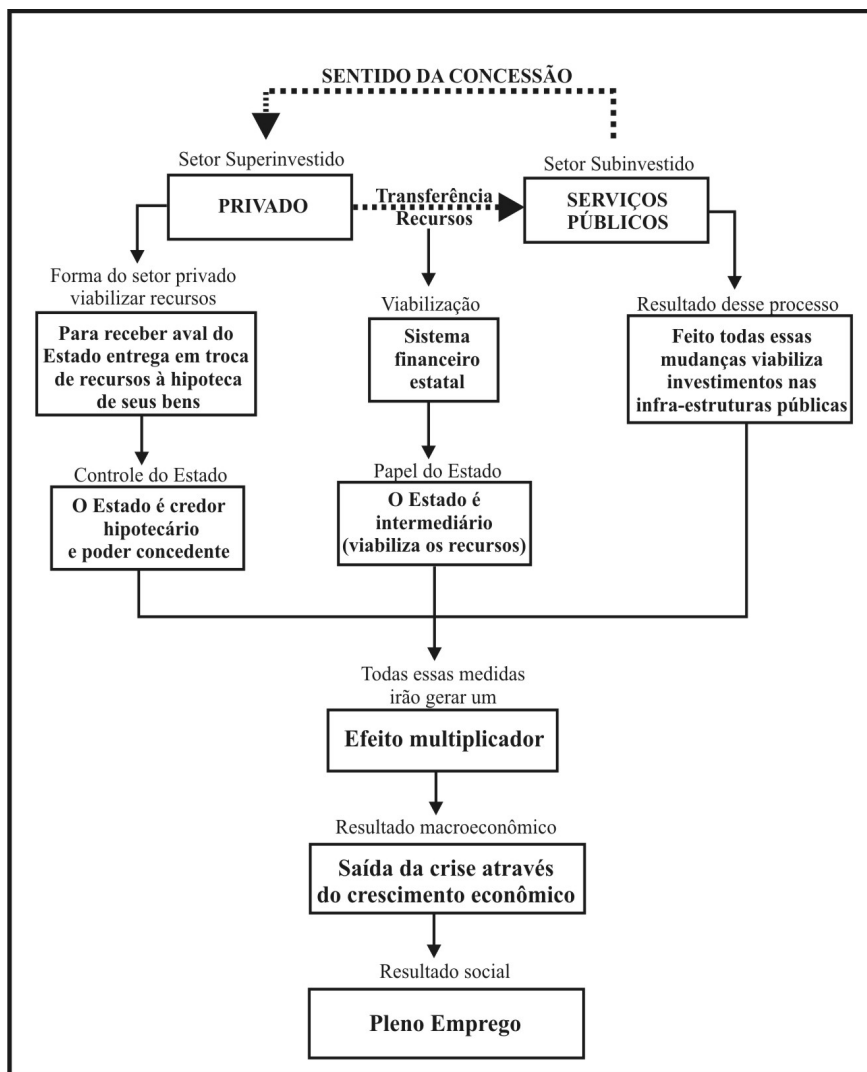
A proposta rangeliana baseia-se no princípio da concessão de serviços públicos à iniciativa privada¹², isto é, os recursos que são destinados às empresas, que dispõem de capacidade produtiva excedente, seriam transferidos para setores estrangulados da economia que necessitam de investimentos. Para Rangel (2005), mudanças institucionais adequadas podem fazer com que o Brasil arquitecte um ambicioso plano de desenvolvimento à base de investimentos nos grandes serviços de utilidade pública. Obviamente, que a proposta de Rangel se orienta na necessidade de um Estado ativo e planejador, qualificação esta à qual a política neoliberal não responde.

Todavia, o autor, ao considerar a crise dos setores de utilidade pública, bem como a economia e o Estado, argumenta que a economia é vigorosa, mas o Estado é débil. E a atuação do Estado, que o autor convenientemente classifica como débil, repercute o processo da ação estatal de governos neoliberais, o qual, com uma visão política ideológica, compreende a minimização do Estado como inerente ao desenvolvimento econômico do País. Para o autor, é necessário um planejamento para o desenvolvimento econômico do País.

¹² A proposta rangeliana não evidencia uma política econômica em que seja confiada ao setor privado a operação administrativa como um todo, em detrimento ao setor público, pelo contrário, Rangel (2005, p. 719) admite que: “Importantes atividades ora a cargo do setor público da economia serão transferidos para o setor privado, embora isso não implique aos serviços transferidos sua irrenunciável condição de serviços públicos. Entretanto, quando a crise implícita em tal transferência enfim houver passado, veremos que o peso do setor público no sistema não terá diminuído, visto que, até no interesse do empresariado privado, inclusive dos novos concessionários dos serviços, o Estado deverá assumir novas funções.” Em síntese, o Estado deve ter a função de organização desses setores, como forma de promoção ao desenvolvimento econômico.

Esquema 1

Processo e consequência da concessão dos serviços públicos
à iniciativa privada, baseada em Ignácio Rangel



FONTE: SILVEIRA, Márcio Rogério. **Estradas de ferro no Brasil**: das primeiras construções às parcerias público-privadas. Rio de Janeiro: Interciência, 2007.

O vago desejo de progresso de nosso país converte-se gradualmente, graças ao planejamento, na vontade firme e lúcida de alcançar objetivos bem delineados e estabelecidos pelo uso ponderado dos meios ao nosso alcance, os quais prontamente podem expandir-se mediante o cumprimento do plano ou programa. E, adjetivamente, porque o planejamento não se pode fazer em quaisquer condições, mas apenas em sociedades estáveis, conscientes de sua unidade, a nação ganha novo significado, precisamente porque, entre as construções sociopolíticas contemporâneas, é a que melhor atende as exigências. (Rangel, 2005, p. 454).

O autor ainda argumenta que o planejamento não nasce todo pronto, de um momento para o outro. Os instrumentos conceituais devem ser aperfeiçoados e refinados, mediante longa elaboração teórica, que não se faz só no sossego dos gabinetes, e sim ao fogo da polêmica, contra preconceitos herdados ou importados sem maior exame: é preciso vigiar a evolução das condições políticas do planejamento. E, em referência ao planejamento, está a intrínseca atuação do Estado (Rangel, 2005).

Nesse sentido, Guimarães (1994) adverte que a visão ideológica da crise diz que esta é o resultado de excesso de Estado: mas, na verdade, é o oposto: não há excesso do Estado; o que realmente causa a crise é a carência de empresários privados. Para o autor, os empresários privados reforçam a ação daqueles que têm capacidade de arregimentar recursos para grandes projetos e para administrá-los, tais como ferrovias, rodovias, telecomunicação, energia, infraestrutura em geral, concluindo que, infelizmente, apenas o Estado tem mostrado mais competência para tal assertiva.

Numa economia como a brasileira, tradicionalmente voltada para o comércio exterior, a importação é o remédio óbvio para tudo o que se mostra escasso. Nessa perspectiva, Rangel (2005) introduz a utilização da capacidade ociosa, argumentando que seu intenso uso satisfará plenamente o pensamento nacionalista, porque seu uso habilitará o Brasil a desenvolver-se com seus próprios meios. O autor ainda enfatiza que:

Se uma economia não utiliza plenamente seus recursos produtivos, se deixa no limbo da mera possibilidade um produto adicional para o qual estão cumpridas as condições prévias materiais ou técnicas, renuncia a um adicional de riqueza que poderia, além de melhorar seus padrões de consumo, aumentar, o que é mais importante ainda, o volume dos seus investimentos, dos quais depende, em grande parte, a ulterior expansão do produto nacional, isto é, o desenvolvimento (Rangel, 2005, p. 467).

Ao considerar o desenvolvimento dos serviços de utilidade pública no Brasil, o autor diz que foram predominantemente organizados como serviços públicos concedidos a empresas privadas estrangeiras, e que graças a isso foi possível lançar o processo de industrialização. Contudo, o próprio processo industrial brasileiro estruturado em torno da modernização revelou que os serviços básicos

de utilidade pública tornavam-se cada vez mais insuficientes. A economia está em crise porque o Estado, atual responsável pelas atividades a expandir (basicamente os grandes serviços de utilidade pública), não se encontra em condições de mobilizar os excedentes que o setor privado é capaz de produzir. Todavia a isso, Rangel (2005) propõe a “recriação de estancos”, isto é, concessão dos serviços públicos subinvestidos às empresas privadas supercapitalizadas:

No centro desse processo, encontraremos a revisão do direito de concessão, o qual, havendo passado da concessão de serviços públicos a empresas privadas estrangeiras à concessão de serviços públicos a empresas públicas ou estatais, deve passar agora à forma mais avançada compatível com o capitalismo, isto é, a concessão de serviços públicos a empresas privadas nacionais, vale dizer, financiada em moeda nacional, pouco importando se o investidor é, à luz do direito internacional privado, nacional ou não nacional (Rangel, 2005, p. 747).

Dessa forma, a proposta rangeliana vem compor um plano estratégico de ação econômica em que se faz necessário um Estado operante e planejador, condizente com as novas funções que deve realizar, principalmente, com a criação de oportunidades de investimentos em setores estrangulados da economia, sobretudo, os serviços de utilidade pública, setores estes carentes de investimentos. É nesse sentido que a proposta rangeliana visa à retomada e ao fomento do desenvolvimento econômico e industrial brasileiro.

Considerações finais

Para a discussão sobre a economia brasileira e o processo de industrialização, requer-se, de acordo com a proposta rangeliana, um governo que proporcione habilidade de gestão para a atual conjuntura político-econômica em resposta ao neoliberalismo, como forma de enunciar uma política de planejamento econômico estratégico de expansão da capacidade produtiva, bem como eficazmente orçamentário e operante, tanto do ponto de vista econômico como político.

Para Rangel (2005), é essencial um plano que reforce as inovações institucionais como forma de um novo enquadramento político-administrativo que reveja a ordem de soluções e que se dirija de acordo com as novas necessidades que o processo de industrialização impõe atualmente. Assim, mais do que um Estado hábil, a economia do País necessita de um plano de ações eficazmente coerente com a realidade brasileira, em que se vise à expansão do comércio exterior, mudanças na estrutura da oferta e da procura, que são alternativas da proposta rangeliana como meios práticos de ação contra a ociosidade e a inflação.

Para o autor, sem a redução da ociosidade, a luta contra a inflação se converte em luta pela estagnação da economia, porque conduz à busca de um equilíbrio no estancamento ou na retração, e não no crescimento.

No tocante a isso, conclui-se que, operantemente, o Estado deve intensificar sua atuação no sentido de promover o desenvolvimento econômico a partir da proposta rangeliana de concessão de serviços públicos à iniciativa privada, dinamizando, assim, os diversos setores industriais e o comércio exterior, tendo para isso um Estado que se baseie em normas jurídicas institucionais que garantam a retomada do crescimento, a partir de um plano em que se prezem as responsabilidades sociais e econômicas do Brasil.

Para que o País possa continuar se desenvolvendo economicamente e candidatar-se a recursos externos, que podem de certa forma, engendrar tal desenvolvimento, é necessário, de acordo com Rangel (2005), que nos qualifiquemos como “bons ricos” e, para isso, somente há dois caminhos possíveis: elevar a capacidade de endividamento, o que, paradoxalmente, supõe a demonstração de que podemos prescindir de ajuda externa, que podemos honrar nossas dívidas anteriores, etc.; e suscitar, no interior da economia, novas oportunidades de inversão, isto é, provando que podemos nos utilizar economicamente do excedente que já estamos em condições de produzir.

Em síntese, mais do que retóricas ideológicas, é necessário um novo enquadramento político, econômico, industrial e consequentemente social, em que se preze a unidade dialética entre o setor público e o privado, de forma a garantir a intervenção do Estado, como agente regulador do processo de desenvolvimento do País. Rangel (2005) defende que o caminho é restabelecer a verdade dos fatos, indicando os meios verdadeiros de alcançar o desenvolvimento e, de tal modo, que todas as forças vivas da Nação encontrem lugar e modo de aplicar-se, descubram que não existe real conflito entre interesses presentes da sociedade e os futuros e, à base dessa descoberta, desenvolvam um crescente e indispensável entusiasmo na construção econômica. E para a promoção do real desenvolvimento econômico em sua totalidade, a partir da proposta rangeliana, é necessário, como o próprio autor conclui, uma “rearrumação da casa”.

Este artigo buscou inserir teorias de essencial análise para o estudo da economia brasileira, como, principalmente, os referenciais rangelianos sobre a dinâmica da dualidade brasileira, os ciclos econômicos e os recursos ociosos e a política econômica. Esses referenciais não são meramente aleatórios, mas introduzem a importância de se compreender o processo de industrialização brasileira a partir da teoria de Ignácio Rangel.

Referências

- COUTINHO, Luciano. A terceira revolução industrial e tecnológica: as grandes tendências de mudança. **Revista Economia e Sociedade**, São Paulo, n. 1, p. 68-87, 1992.
- FARIA, F. A. Teoria da dualidade básica e o desenvolvimento brasileiro. **Archétypon**, Rio de Janeiro, v. 1, n. 1, p. 35-55, 1992.
- FONSECA, Pedro. D. **Vargas**: capitalismo em construção. São Paulo: Brasiliense, 1999.
- GUIMARÃES, C. A dualidade brasileira de Ignácio Rangel. **Revista de Economia Política**, v. 14, n. 4, p. 62-75, 1994.
- HAESBAERT, R. Concepções de territórios para entender a desterritorialização. In: BECKER, B. K.; SANTOS, M. (Org.). **Território, territórios**: ensaios sobre o ordenamento territorial. Rio de Janeiro: DP&A, 2002.
- HARVEY, David. **A condição pós-moderna**. 2. ed. São Paulo: Loyola, 1992.
- MAMIGONIAN, Armen. Kondratieff, ciclos médios e organização do espaço. **Revista Geosul**, Florianópolis, v. 14, n. 28, p. 152-157, jul./dez. 1999.
- RANGEL, Ignácio. A dinâmica da dualidade brasileira. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, Minas Gerais, v. 2, n. 2, p. 215-235, jul. 1962.
- RANGEL, Ignácio. A história da dualidade brasileira. In: MAMIGONIAN, A.; REGO, J. M. (Org.). **O pensamento de Ignácio Rangel**. São Paulo: Editora 34, 1998. p. 139-174.
- RANGEL, Ignácio. **Economia**: milagre e anti-milagre. 2. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1986.
- RANGEL, Ignácio. O ciclo médio e o ciclo longo no Brasil. **Ensaio FEE**, Porto Alegre, v. 1, n. 1, p. 31-42, 1983.
- RANGEL, Ignácio. **Obras reunidas de Ignácio Rangel**. Rio de Janeiro: Contraponto, 2005. 2v.
- RANGEL, Ignácio. Recursos ociosos e ciclo econômico (alternativas para a crise). **Revista de Economia Política**, Rio de Janeiro, v. 9, n. 1, p. 21-30, jan./mar. 1989.
- SANTOS, Milton. **A natureza do espaço** — técnica e tempo. Razão e emoção. São Paulo: Hucitec, 2002.

SANTOS, Milton; SILVEIRA, Maria Laura. **Brasil: território e sociedade no início do século XXI**. Rio de Janeiro: Record, 2001.

SANTOS, Milton. Brasil: país subdesenvolvido industrializado. **Espaço e Sociedade**, Petrópolis, 1982.

SANTOS, Milton. Sociedade e espaço: a formação social como teoria e método. **Boletim Paulista de Geografia**, n. 54, p. 81-99, jun. 1977.

SILVA, Marcos Aurélio. A categoria de formação sócio-espacial e a questão regional: uma aproximação com Gramsci. In: ENCUESTRO DE GEOGRAFOS DE AMERICA LATINA, 12., Montevideo, 2009. **Anais**.

SILVEIRA, Marcio Rogério. As cinco revoluções e evoluções logísticas e seus impactos sobre o território brasileiro. In: SILVEIRA, M. R.; LAMOSO, L. P.; MOURÃO, P. F. C. **Questões nacionais e regionais do território brasileiro**. São Paulo: Expressão Popular, 2009.

SILVEIRA, Marcio Rogério. **Estradas de ferro no Brasil**: das primeiras construções às parcerias público-privadas. Rio de Janeiro: Interciência, 2007.

SUZIGAN, Wilson. Estado e industrialização no Brasil. In: ODÁLIA, Nilo (Org.). **Brasil — o desenvolvimento ameaçado**: perspectivas e soluções. São Paulo: Edunesp, 1989. p. 281-294.

TOLMASQUIM, M. T. O Brasil e o ciclo de Kondratieff e Juglar segundo a obra de Ignácio Rangel. **Revista de Economia Política**, v. 11, n. 4, p. 27-38, out./dez. 1991.

